

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA E ESCRITA ACADÊMICA: DESAFIOS ÉTICOS, AUTORIA E PRODUÇÃO CIENTÍFICA

GENERATIVE ARTIFICIAL INTELLIGENCE AND ACADEMIC WRITING: ETHICAL CHALLENGES, AUTHORSHIP, AND SCIENTIFIC PRODUCTION

Elisângela Dias Brugnera

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rita de Cássia Moura

São Luis University, Estados Unidos

Janine de Aquino Pinheiro Fleury Curado

São Luis University, Estados Unidos

Maia Eliana Rabelo da Silva

Instituto Superior Interamericano de Ciencias Sociales, Paraguai

Paula Ribeiro

Universidade Castelo Branco, Brasil

DOI: <https://doi.org/10.46550/ilustracao.v7i8.737>

Aceito em: 30.07.2026

Resumo: Entre promessas de apoio textual e exigências de responsabilidade científica, este artigo teve como tema o uso da inteligência artificial generativa na produção acadêmica, considerando seus efeitos sobre a escrita, a ética e a formação intelectual. O objetivo consistiu em analisar os limites, as possibilidades e os desafios éticos do uso da inteligência artificial generativa na escrita acadêmica, com ênfase na autoria e na responsabilidade humana. A metodologia adotada foi bibliográfica, baseada na seleção, leitura e análise de artigos científicos publicados entre 2020 e 2025, organizados por eixos temáticos relacionados à autoria, aos riscos éticos e ao uso da tecnologia como apoio à escrita. O estudo concluiu que a inteligência artificial generativa pôde auxiliar atividades como revisão linguística, organização textual e geração de ideias, desde que submetida à curadoria humana, à conferência de fontes e à declaração de uso. Também se verificou que a ferramenta não substituiu o julgamento crítico do pesquisador, pois não assumiu responsabilidade moral, jurídica ou científica pelo conteúdo produzido. Desse modo, a legitimidade de seu uso dependeu da preservação da autoria humana, da transparência no processo de escrita e da proteção dos dados utilizados.

Palavras-chave: Julgamento Crítico; Transparência; Plágio; Proteção de Dados; Formação Intelectual.

Abstract: Between promises of textual support and demands for scientific responsibility, this article addressed the use of generative artificial intelligence in academic production, considering its effects on writing, ethics, and intellectual development. The objective was to analyze the limits, possibilities, and ethical challenges of using generative artificial intelligence in academic writing, with an emphasis on authorship and human responsibility. The methodology adopted was bibliographic, based on the selection, reading, and analysis of scientific articles published between 2020 and 2025, organized according to thematic axes related to authorship, ethical risks, and the use of technology as support for writing. The study concluded that generative artificial intelligence could assist activities such as linguistic revision, textual organization, and idea generation, provided that it was subjected to human curation, source verification, and declaration of use. It was also found that the tool did not replace the researcher's critical judgment, as it did not assume moral, legal, or scientific responsibility for the content produced. Thus, the legitimacy of its use depended on the preservation of human authorship, transparency in the writing process, and protection of the data used.

Keywords: Critical Judgment; Transparency; Plagiarism; Data Protection; Intellectual Development.

Introdução

A expansão da inteligência artificial generativa (IAG) no campo acadêmico passou a modificar práticas de leitura, escrita, revisão e circulação do conhecimento científico. No contexto da escrita acadêmica, ferramentas como o ChatGPT passaram a ser utilizadas para revisão textual, geração de ideias, organização de argumentos e produção de respostas a comandos específicos. Essa inserção, contudo, não se limitou ao plano técnico, pois envolveu questões relacionadas à autoria, à responsabilidade humana, à integridade científica, à proteção de dados e à formação intelectual de estudantes e pesquisadores.

A delimitação deste artigo concentrou-se no uso da inteligência artificial generativa na escrita acadêmica, com atenção especial à autoria, aos desafios éticos e aos riscos formativos decorrentes da delegação de tarefas intelectuais à tecnologia. Foram consideradas produções científicas recentes que discutiram a inteligência artificial (IA) como ferramenta de apoio, sem atribuição de autoria ou responsabilidade moral à máquina. Nesse recorte, o tema foi delimitado pelas palavras-chave 'inteligência artificial generativa', 'escrita acadêmica', 'autoria', 'responsabilidade humana', 'integridade acadêmica' e 'produção científica'.

A escolha do tema justificou-se pela presença crescente da IAG em práticas acadêmicas e pela necessidade de compreender seus efeitos sobre a produção científica. A motivação central decorreu da constatação de que a ferramenta pode facilitar determinadas etapas da escrita, mas também pode comprometer a autonomia intelectual, a originalidade, a confiabilidade das informações e a transparência do processo autoral. Desse modo, tornou-se necessário examinar em que condições a IAG poderia ser utilizada como apoio sem substituir o julgamento crítico do pesquisador.

A questão norteadora que orientou o estudo foi: ‘De que modo a inteligência artificial generativa pode ser utilizada na escrita acadêmica sem comprometer a autoria, a responsabilidade humana e a integridade da produção científica?’. Essa pergunta permitiu articular as discussões sobre uso técnico da ferramenta, riscos éticos e formação acadêmica. Além disso, possibilitou avaliar se a IAG poderia atuar como recurso auxiliar ou se, em determinadas condições, passaria a representar ameaça à prática científica responsável.

O objetivo geral consistiu em analisar os limites, as possibilidades e os desafios éticos do uso da inteligência artificial generativa na escrita acadêmica, com ênfase na autoria e na responsabilidade humana. Como objetivos específicos, buscou-se discutir a autoria na produção textual mediada por IAG; identificar os principais desafios éticos associados ao uso dessa tecnologia na produção científica; e examinar a IAG como apoio à escrita acadêmica, considerando suas contribuições, seus limites e seus riscos formativos.

A metodologia adotada correspondeu a uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida por meio da seleção, leitura e análise de artigos científicos relacionados ao tema. Foram utilizadas palavras-chave simples, como ‘inteligência artificial generativa’, ‘escrita acadêmica’, ‘autoria’, ‘responsabilidade humana’, ‘uso automatizado’ e ‘produção científica’. A busca priorizou estudos publicados entre 2020 e 2025, em língua portuguesa, disponíveis em bases acadêmicas de acesso aberto, com destaque para a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), biblioteca eletrônica que reúne periódicos científicos revisados e publicados em diferentes áreas do conhecimento.

Os critérios de inclusão consideraram materiais com relação direta com IAG, escrita acadêmica, autoria, plágio, integridade científica, responsabilidade humana e produção textual. Foram excluídos textos sem autoria identificada, materiais opinativos sem fundamentação acadêmica, publicações duplicadas e estudos que tratavam de IA sem vínculo com escrita científica ou ética acadêmica. A análise dos materiais foi organizada por eixos temáticos, o que permitiu comparar aproximações, contrapontos e contribuições teóricas entre os autores selecionados.

Entre os principais referenciais, foram utilizados os estudos de Sampaio (2025), Silva, Oliveira e Silva (2025), Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) e Lima e Felipe (2025). Sampaio (2025) contribuiu para a discussão sobre autoria, apropriação autoral e responsabilidade humana. Silva, Oliveira e Silva (2025) ofereceram subsídios para compreender a IAG como possível apoio à escrita, desde que associada à maturidade acadêmica. Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) ampliaram o debate para a editoração científica, enquanto Lima e Felipe (2025) discutiram confiabilidade, direitos autorais, segurança de dados e desigualdade de acesso.

O artigo foi organizado em três capítulos principais. O primeiro, ‘Autoria e responsabilidade humana na escrita acadêmica com IAG’, discutiu a impossibilidade de atribuir autoria à inteligência artificial e a necessidade de preservação da agência humana. O segundo, ‘Desafios éticos do uso da IAG na produção científica’, analisou riscos associados à confiabilidade das informações, à proteção de dados, ao plágio e à transparência. O terceiro, ‘IAG como apoio à escrita acadêmica: limites, possibilidades e riscos formativos’, examinou as condições em que

a tecnologia poderia auxiliar a escrita sem substituir leitura crítica, reescrita autoral e formação intelectual.

Metodologia

A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem bibliográfica, com o objetivo de analisar a produção científica sobre inteligência artificial generativa, autoria, responsabilidade humana e escrita acadêmica. Esse tipo de investigação mostrou-se adequado porque permitiu reunir, examinar e relacionar estudos já publicados sobre o tema, favorecendo a construção de uma análise crítica a partir de referenciais teóricos selecionados.

A opção pela pesquisa bibliográfica fundamenta-se na compreensão de que esse procedimento possibilita examinar contribuições científicas já disponíveis, comparando conceitos, argumentos e resultados produzidos por diferentes autores. Nesse sentido, as ideias de Narciso e Santana (2025) foram consideradas na organização metodológica do estudo, pois os autores compreendem a pesquisa bibliográfica como estratégia adequada para analisar e criticar contribuições teóricas relevantes no campo educacional.

Durante a formação do artigo, essa orientação metodológica foi aplicada na seleção, leitura e comparação dos textos científicos que tratam da inteligência artificial generativa na escrita acadêmica. A análise não se restringiu à identificação de informações isoladas; buscou-se compreender como cada autor aborda a autoria, a responsabilidade humana, os desafios éticos, os riscos formativos e as possibilidades de uso da tecnologia no processo de produção científica.

Além disso, as ideias de Narciso e Santana (2025) também orientaram a etapa de organização dos materiais. Os conceitos-chave, os enfoques teóricos e os argumentos centrais de cada artigo foram separados por eixos temáticos, o que permitiu comparar aproximações e contrapontos entre os autores. Essa organização favoreceu a construção dos capítulos do artigo, especialmente nas discussões sobre autoria, ética, integridade acadêmica e uso da inteligência artificial como apoio à escrita.

A busca dos materiais foi realizada com o uso de palavras-chave simples e diretamente relacionadas ao tema investigado. Foram utilizadas combinações como ‘inteligência artificial generativa’, ‘escrita acadêmica’, ‘autoria’, ‘responsabilidade humana’, ‘uso automatizado’ e ‘produção científica’. Essas expressões possibilitaram localizar estudos vinculados ao problema de pesquisa, evitando termos excessivamente amplos ou pouco precisos.

A base de dados escolhida foi a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), uma biblioteca eletrônica que reúne periódicos científicos de acesso aberto, com destaque para a produção acadêmica latino-americana. Sua função na pesquisa foi permitir o acesso a artigos científicos revisados e publicados em periódicos reconhecidos, oferecendo suporte para a seleção de materiais relacionados à escrita acadêmica, à ética na pesquisa e ao uso de tecnologias digitais na produção científica.

Os critérios de inclusão consideraram artigos publicados entre 2020 e 2025, com relação direta com inteligência artificial generativa, escrita acadêmica, autoria, integridade científica, plágio, responsabilidade humana e produção de textos científicos. Também foram priorizados estudos disponíveis em língua portuguesa, com acesso integral ao texto e pertinência teórica para os objetivos da pesquisa.

Como critérios de exclusão, foram desconsiderados materiais sem relação direta com o tema, textos opinativos sem base acadêmica, publicações sem autoria identificada, estudos duplicados e produções que tratavam de inteligência artificial sem vínculo com escrita, autoria ou ética científica. Esse procedimento permitiu manter apenas materiais coerentes com a delimitação do artigo e com os objetivos propostos.

Desse modo, a metodologia bibliográfica contribuiu para atingir os objetivos da pesquisa ao oferecer base teórica para discutir o lugar da inteligência artificial generativa na escrita acadêmica. A análise dos materiais permitiu compreender que a tecnologia pode auxiliar determinadas etapas da produção textual, mas exige supervisão humana, transparência, responsabilidade autoral e atenção aos riscos éticos e formativos envolvidos em seu uso.

Autoria e responsabilidade humana na escrita acadêmica com IAG

A discussão sobre autoria na escrita acadêmica mediada por inteligência artificial generativa (IAG) exige delimitar a diferença entre ferramenta técnica e sujeito autoral. Sampaio (2025) sustenta que a inteligência artificial (IA) não possui agência nem responsabilidade moral ou legal, razão pela qual não pode ocupar o lugar de autora. Essa posição aproxima-se de Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025), para quem o ChatGPT deve ser compreendido como instrumento de apoio, e não como coautor de textos científicos. Assim, a autoria permanece vinculada à capacidade humana de responder pelo conteúdo, pela argumentação e pela integridade da produção científica.

A IAG na escrita acadêmica apresenta possibilidades importantes, como apoio à organização de ideias, revisão textual e melhoria da clareza argumentativa. Santana et al. (2026) defendem que o uso de ferramentas como *ChatGPT* não anula a autoria quando há intencionalidade, revisão crítica e responsabilidade intelectual do sujeito que escreve, o que desloca o debate para a forma ética de utilização dessas ferramentas.

Em diálogo com Costa e Santana (2025), essa discussão pode ser ampliada pela compreensão de que tecnologias educacionais devem ser usadas de modo equilibrado, estratégico e voltado à aprendizagem. Assim, a IAG pode apoiar a produção científica quando favorece a autonomia, a revisão e a reflexão, mas precisa ser mediada por critérios pedagógicos claros. A escrita acadêmica, portanto, não deve ser automatizada sem consciência autoral, pois aprender a escrever também envolve desenvolvimento cognitivo, responsabilidade e construção gradual do pensamento.

Além disso, a responsabilidade autoral não se reduz à assinatura do texto, pois envolve participação intelectual na concepção, no desenvolvimento e na validação do conhecimento produzido. Lima e Felipe (2025) articulam essa compreensão à legislação brasileira de direitos autorais, ao indicarem que a autoria exige contribuição significativa e ativa, além da assunção de responsabilidade pelo conteúdo. Desse modo, a IAG pode participar de etapas operacionais da escrita, mas não cumpre os critérios necessários para responder pela obra. A autoria, portanto, mantém-se associada à intencionalidade, ao juízo crítico e à responsabilidade ética do pesquisador.

Nesse sentido, Sampaio (2025) chama atenção para o risco de diluição da autoria, sobretudo quando tarefas intelectuais são transferidas à máquina sem apropriação crítica. A escrita acadêmica não se limita à organização formal de informações; ela expressa escolhas teóricas, metodológicas e interpretativas. Silva, Oliveira e Silva (2025) reforçam esse argumento ao afirmarem que a produção textual demanda conhecimentos linguísticos, cognitivos, pragmáticos, sócio-históricos e culturais do autor. Logo, a delegação excessiva da escrita à IAG pode comprometer a constituição da voz autoral e reduzir o texto a uma montagem coerente, porém intelectualmente frágil.

Por conseguinte, o uso da IAG na escrita acadêmica exige uma etapa de apropriação autoral. Sampaio (2025) defende que o pesquisador deve transformar o material gerado em produção própria por meio de reescrita ativa, reorganização conceitual e formulação interpretativa. Essa exigência dialoga com Silva, Oliveira e Silva (2025), que atribuem aos seres humanos a responsabilidade pela construção do conhecimento e pela formulação das ideias defendidas. A autoria, nesse enquadramento, não nasce da simples aceitação de respostas algorítmicas, mas da capacidade de reelaborá-las criticamente. Conforme afirma Sampaio (2025, p. 7),

Como autor humano, você deve assumir a precisão das informações, a integridade dos argumentos e a originalidade da contribuição, mesmo que partes do texto tenham sido sugeridas ou refinadas com o auxílio da IA. A autoria acadêmica implica uma prestação de contas (*accountability*) que é intransferível (Sampaio, 2025, p. 7).

Evidencia-se que a mediação tecnológica não desloca a obrigação ética do pesquisador. Ainda que a IAG auxilie na revisão linguística, na organização de ideias ou na melhoria formal do texto, a validação final permanece humana. Lima e Felipe (2025) reforçam esse ponto ao afirmarem que a IA não pode ser responsabilizada pelo conteúdo, motivo pelo qual não deve ser listada como autora. Dessa forma, a transparência quanto ao uso da ferramenta deve acompanhar a responsabilização integral de quem assina o trabalho.

Contudo, há um contraponto relevante: embora a IA não possa ser autora, sua intervenção pode alterar significativamente o processo de escrita. Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) indicam que o uso de IA em artigos suscita problemas ligados a direitos autorais, plágio e decisões automatizadas presentes nos textos. Essa observação desloca o debate para além da pergunta sobre quem assina o artigo, alcançando a questão de como o texto foi produzido.

Assim, a responsabilidade humana inclui declarar o uso da IAG, documentar sua participação e avaliar se sua interferência comprometeu a originalidade da produção.

Do mesmo modo, Silva, Oliveira e Silva (2025) observam que algumas potencialidades da IAG podem apagar a responsabilidade de quem lê e escreve textos científicos. Esse apagamento ocorre quando a ferramenta substitui práticas constitutivas da formação acadêmica, como leitura, seleção de fontes, interpretação teórica e elaboração argumentativa. Em diálogo com Sampaio (2025), compreende-se que o uso humano da IA deve preservar a agência do pesquisador e impedir a substituição do pensamento crítico. Portanto, a autoria acadêmica depende menos da presença ou ausência da ferramenta e mais do modo como ela é integrada ao processo de escrita.

Por outro lado, o reconhecimento dos riscos não implica rejeição absoluta da IAG. Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) e Lima e Felipe (2025) admitem seu uso como ferramenta, desde que submetida a critérios de transparência, supervisão humana e responsabilidade autoral. Essa posição permite distinguir assistência técnica de produção intelectual. A IAG pode colaborar na correção, na clareza textual e na organização preliminar de ideias, mas não pode substituir a leitura crítica, a decisão metodológica nem o compromisso ético do pesquisador com o conhecimento produzido.

Assim, a autoria na escrita acadêmica com IAG deve ser compreendida como prática humana de responsabilidade, e não como resultado automático da geração textual. Os autores analisados indicam que a IA pode atuar como recurso auxiliar, mas não como sujeito epistêmico, jurídico ou moral. A responsabilidade final envolve verificar informações, evitar plágio, declarar o uso da ferramenta e garantir que a contribuição intelectual pertença ao pesquisador. Portanto, a escrita acadêmica com IAG só preserva sua legitimidade quando a tecnologia permanece subordinada ao julgamento crítico, à autoria humana e à integridade científica.

Desafios éticos do uso da inteligência artificial generativa na produção científica

O uso da inteligência artificial generativa (IAG) na produção científica introduz desafios éticos que ultrapassam a qualidade formal dos textos. Sampaio (2025) observa que a proteção de dados sensíveis deve orientar qualquer interação com plataformas públicas de inteligência artificial (IA), sobretudo quando há informações capazes de identificar participantes de pesquisa. Em perspectiva próxima, Lima e Felipe (2025) indicam que a pesquisa com ChatGPT envolve riscos ligados à confiabilidade das informações, aos direitos autorais, ao plágio, à segurança de dados e à desigualdade de acesso.

Além disso, a capacidade de geração textual rápida não elimina a necessidade de validação humana. Silva, Oliveira e Silva (2025) reconhecem que a IAG consegue produzir textos completos a partir de comandos, mas destacam que essa possibilidade intensifica discussões sobre confiabilidade e ética acadêmica. Assim, a rapidez operacional da ferramenta deve ser

interpretada com cautela, pois a produção científica exige verificabilidade, domínio conceitual e responsabilidade pela circulação de informações.

Nesse debate, Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) ampliam a análise ao situarem a IAG no processo de editoração científica. Para as autoras, a presença da IA em periódicos acadêmicos altera práticas de submissão, revisão, avaliação e publicação, exigindo critérios éticos mais definidos. Essa leitura complementa Sampaio (2025), que enfatiza a necessidade de preservar o ineditismo e o capital intelectual da pesquisa. Desse modo, o problema ético alcança todo o percurso de produção, avaliação e comunicação do conhecimento.

Por conseguinte, a confidencialidade torna-se uma questão central. Sampaio (2025) alerta que dados inseridos em plataformas de IA podem ser incorporados aos modelos e rerepresentados em interações futuras. Lima e Felipe (2025) reforçam essa preocupação ao indicarem que o ChatGPT coleta e processa informações fornecidas pelos usuários durante o *login* e o uso da plataforma. Portanto, a adoção da IAG em pesquisas demanda critérios prévios sobre quais dados podem ser compartilhados, anonimizados ou excluídos de sistemas externos. Ao tratar da proteção de dados em pesquisas mediadas por IA, Sampaio (2025) afirma:

A proteção de dados sensíveis que possam identificar participantes de uma pesquisa é uma consideração central ao utilizar inteligência artificial. A inserção de qualquer informação confidencial, como relatos pessoais ou dados que permitam a identificação de indivíduos, deve ser evitada em plataformas públicas de IA (Sampaio, 2025, p.3).

O uso da IAG deve ser subordinado à proteção dos participantes e à preservação da integridade da pesquisa. Essa exigência aproxima-se da análise de Lima e Felipe (2025), segundo a qual a segurança de dados constitui dimensão ética indispensável na produção científica com IA. Contudo, há uma diferença de ênfase: enquanto Sampaio (2025) focaliza a conduta do pesquisador diante da plataforma, Lima e Felipe (2025) destacam também a necessidade de instrumentos legais e institucionais para regular o tratamento dessas informações.

Outro desafio ético refere-se à fabricação de informações. Sampaio (2025) afirma que modelos de linguagem podem produzir dados, citações e referências com aparência de plausibilidade, mas sem correspondência factual. Silva, Oliveira e Silva (2025) tratam esse fenômeno como alucinação, isto é, produção de respostas não alinhadas à realidade dos fatos. Lima e Felipe (2025), por sua vez, explicam que tal limitação decorre da ausência de compreensão conceitual profunda da tarefa executada pelo ChatGPT.

Entretanto, os riscos não se encerram nas informações inexistentes. Sampaio (2025) ressalta que a IA pode citar textos reais de modo incorreto, atribuindo a autores ideias que não constam nas obras mencionadas. Esse problema dialoga com Silva, Oliveira e Silva (2025), quando analisam que paráfrases geradas pela IAG podem dissociar conceitos de suas fontes originais. Nessa situação, a produção textual pode não apresentar cópia direta, mas ainda assim comprometer a rastreabilidade das ideias e a honestidade intelectual.

Do mesmo modo, Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) apontam que o avanço da IAG impõe a delimitação de parâmetros éticos relativos a direitos autorais, plágio e responsabilização por decisões automatizadas. Lima e Felipe (2025) acrescentam que a ausência de menção aos autores originais pode resultar em plágio, ainda que a IA seja tratada como ferramenta. Assim, a transparência deve envolver tanto a conduta individual do pesquisador quanto normas editoriais e institucionais.

Assim, os desafios éticos do uso da inteligência artificial generativa (IAG) na produção científica exigem supervisão humana, declaração de uso, proteção de dados, conferência de fontes e formação crítica. A tecnologia pode auxiliar a escrita e a organização textual, mas não substitui o julgamento científico. A integridade da pesquisa depende da subordinação da ferramenta à responsabilidade humana e aos princípios de transparência, autoria e verificabilidade.

Inteligência artificial generativa como apoio à escrita acadêmica: limites, possibilidades e riscos formativos

O uso da inteligência artificial generativa (IAG) como apoio à escrita acadêmica exige distinguir assistência técnica e substituição da atividade intelectual. Sampaio (2025) compreende a inteligência artificial (IA) como recurso de apoio quando utilizada para ampliar possibilidades analíticas, sem deslocar a análise crítica do pesquisador. Em sentido próximo, Lima e Felipe (2025) afirmam que modelos como o ChatGPT podem auxiliar a pesquisa, mas ainda não realizam análises complexas. Assim, a IAG pode integrar o processo de escrita, desde que permaneça subordinada ao julgamento humano.

Além disso, a ferramenta pode contribuir para etapas específicas da produção textual, como geração de ideias, revisão linguística e organização preliminar de argumentos. Sampaio (2025) destaca que o uso controlado da IA pode auxiliar na formulação de ângulos argumentativos, exemplos e analogias. Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) também reconhecem contribuições na correção gramatical, na coesão textual e na identificação de redundâncias. Desse modo, os autores reconhecem funções auxiliares da tecnologia, mas recusam sua autonomia intelectual.

Nesse sentido, Silva, Oliveira e Silva (2025) introduzem uma restrição formativa relevante. Para os autores, a IAG apenas pode funcionar como “suporte amigável” quando utilizada em situações pontuais, com objetivos definidos e por usuários capazes de avaliar criticamente o material gerado. Essa posição dialoga com Sampaio (2025), que defende ciclos de revisão, filtragem e verificação. Logo, o apoio da ferramenta depende menos de sua capacidade de produzir texto e mais da maturidade acadêmica de quem a utiliza.

Por conseguinte, o apoio da IAG à escrita não elimina a necessidade de curadoria. Sampaio (2025) afirma que nenhuma resposta produzida por IA deve ser tratada como versão final, pois cada texto gerado constitui material preliminar sujeito à revisão humana. Essa compreensão aproxima-se de Lima e Felipe (2025), para quem a ferramenta deve atuar como assistência, e não como substituta da interpretação científica. A escrita acadêmica, portanto, requer seleção,

reescrita, verificação e responsabilização. Ao analisar os limites da personalização da aprendizagem na escrita acadêmica, Silva, Oliveira e Silva (2025) afirmam:

Essa possibilidade de personalização poderia auxiliar o processo de elaboração do TCC ao tirar dúvidas, prestar devolutivas e contribuir para a aprendizagem do gênero por parte do estudante, desde que o discente tenha maturidade acadêmica, incluindo conhecimento do gênero textual, do assunto e do contexto de produção da escrita, para analisar criticamente os feedbacks dados por uma determinada ferramenta de IAG (Silva, Oliveira e Silva, 2025, p. 11-12).

Nota-se que Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) pode ser apoiado pela IAG apenas quando o estudante domina minimamente o gênero acadêmico e o tema investigado. Caso contrário, a personalização oferecida pela ferramenta pode gerar dependência, aceitação acrítica de respostas e enfraquecimento da autonomia intelectual. Nessa direção, Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) observam que a IA pode sugerir palavras e corrigir erros, mas não avalia a qualidade do argumento nem a originalidade do texto.

Entretanto, há um contraponto necessário: a rejeição absoluta da IAG não responde às práticas já incorporadas à escrita acadêmica. Lima e Felipe (2025) indicam que tecnologias como o ChatGPT passaram a compor o mundo contemporâneo, o que exige debate sobre critérios de uso, e não apenas proibição. Essa posição permite interpretar a IAG como ferramenta de assistência sob regulação pedagógica e ética. Assim, a questão central desloca-se do uso ou não uso para as condições de uso.

Do mesmo modo, Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) ampliam a discussão ao tratar do processo editorial. As autoras indicam que a IA já aparece em plataformas de periódicos, sistemas de detecção de plágio, organização de metadados e revisão de resumos. Essa leitura complementa Silva, Oliveira e Silva (2025), pois mostra que o apoio da IA não se restringe ao estudante ou pesquisador individual. A tecnologia também interfere nas práticas institucionais de avaliação, revisão e circulação do conhecimento.

Por fim, a IAG pode favorecer a escrita acadêmica quando utilizada como recurso de revisão, organização e problematização, mas produz riscos formativos quando substitui leitura, autoria e elaboração crítica. O apoio tecnológico deve ser acompanhado de critérios de transparência, curadoria, verificação e responsabilidade. A escrita científica exige que a ferramenta seja integrada como meio auxiliar, nunca como instância decisória. Desse modo, preservam-se a formação intelectual, a autoria humana e a integridade acadêmica.

Resultados e discussões

Os resultados indicam que a inteligência artificial generativa (IAG) pode atuar como apoio à escrita acadêmica, desde que seu uso permaneça subordinado à responsabilidade humana. A literatura analisada aponta que a tecnologia contribui para revisão linguística, organização textual e geração de ideias, mas não substitui leitura crítica, elaboração argumentativa nem

decisão autoral. Essa constatação aproxima Sampaio (2025), Silva, Oliveira e Silva (2025), Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) e Lima e Felipe (2025), pois todos reconhecem a IA como ferramenta, e não como autora ou instância de validação científica.

Além disso, verificou-se que a autoria acadêmica continua vinculada à capacidade de responder pelo texto produzido. Sampaio (2025) associa autoria à agência humana, enquanto Lima e Felipe (2025) relacionam essa responsabilidade à autenticidade e à integridade do conteúdo. De modo complementar, Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) indicam que ferramentas como o ChatGPT não podem assumir responsabilidade moral, legal ou científica. Assim, a principal conclusão é que a presença da IAG não altera o núcleo da autoria, mas exige maior transparência sobre sua participação no processo de escrita.

Nesse contexto, as descobertas revelam que o uso da IAG amplia tensões já presentes na produção científica, especialmente quanto à originalidade, ao plágio e à rastreabilidade das fontes. Silva, Oliveira e Silva (2025) discutem que determinadas funcionalidades podem transferir à máquina atividades formativas, como leitura e construção de revisão de literatura. Em contraponto, Sampaio (2025) admite a utilização da ferramenta quando há curadoria, reescrita e verificação humana. Desse modo, o problema não reside apenas no uso da tecnologia, mas na forma como ela é incorporada ao trabalho acadêmico.

Por sua vez, os desafios éticos identificados concentram-se em quatro dimensões: confiabilidade das informações, proteção de dados, autoria e responsabilização. Lima e Felipe (2025) destacam que modelos como o ChatGPT podem produzir respostas imprecisas e reproduzir informações sem verificação conceitual suficiente. Sampaio (2025) acrescenta que a inserção de dados sensíveis em plataformas públicas pode comprometer a privacidade de participantes e o ineditismo da pesquisa. Portanto, a IAG exige procedimentos prévios de segurança, seleção de dados e conferência de informações.

Em diálogo com essa discussão, Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) deslocam o debate para a editoração científica, ao demonstrarem que a IA também interfere em processos de submissão, triagem, revisão e publicação. Essa abordagem amplia o alcance das conclusões, pois mostra que a responsabilidade não recai apenas sobre autores, mas também sobre periódicos, revisores e editores. Assim, as descobertas relacionam-se com práticas institucionais mais amplas, nas quais políticas editoriais, normas de declaração de uso e formação crítica passam a ocupar posição decisiva.

Contudo, os resultados também apresentam limites. A maior parte das análises bibliográficas disponíveis concentra-se em revisões narrativas, reflexões teóricas e levantamentos sobre usos e riscos da IAG, o que restringe a generalização das conclusões para áreas específicas do conhecimento. Lima e Felipe (2025) reconhecem a necessidade de estudos empíricos sobre práticas de pesquisadores e docentes. Silva, Oliveira e Silva (2025) também indicam que a compreensão do fenômeno deve considerar diferentes vozes, níveis de ensino e culturas disciplinares.

Outra limitação refere-se ao ritmo de transformação das ferramentas de IA. Como os sistemas são atualizados com frequência, conclusões sobre confiabilidade, autoria, detecção de plágio e segurança de dados podem sofrer alterações em curto intervalo. Sampaio (2025) observa que a transparência sobre versão, data e finalidade de uso da ferramenta é necessária para preservar a rastreabilidade do processo. Assim, resultados aparentemente estáveis devem ser interpretados como provisórios, pois dependem de plataformas, políticas institucionais e condições técnicas em constante modificação.

Os achados considerados inconclusivos podem ser explicados pela dupla função atribuída à IAG: ao mesmo tempo em que facilita tarefas textuais, ela pode comprometer práticas formativas essenciais. Sousa, Mascia e Carrasqueira (2025) reconhecem contribuições na correção gramatical e na coesão textual, mas apontam limites quanto à avaliação da originalidade e da qualidade argumentativa. Essa ambivalência explica por que a tecnologia aparece ora como apoio, ora como risco. O resultado não é contraditório; ele evidencia que o efeito da IAG depende do grau de supervisão humana e da maturidade acadêmica do usuário.

Diante disso, pesquisas futuras devem investigar como estudantes, docentes, pesquisadores, editores e revisores utilizam a IAG em situações concretas de escrita e avaliação científica. Estudos comparativos entre áreas do conhecimento podem esclarecer diferenças na aceitação, nos riscos e nas normas de uso. Também são necessários estudos sobre políticas institucionais, formação para uso ético da IA e impactos da ferramenta na aprendizagem da escrita acadêmica. Assim, a continuidade da investigação deve articular autoria, integridade, segurança de dados e práticas pedagógicas.

Conclusão

O estudo desenvolvido permitiu responder às questões levantadas na introdução e na metodologia ao demonstrar que o uso da inteligência artificial generativa na escrita acadêmica não pode ser compreendido apenas como recurso técnico. A análise evidenciou que essa tecnologia interfere em dimensões centrais da produção científica, como autoria, responsabilidade humana, integridade acadêmica, proteção de dados, confiabilidade das informações e formação intelectual do pesquisador.

O objetivo de analisar a autoria e a responsabilidade humana na escrita acadêmica com inteligência artificial generativa foi alcançado ao se constatar que a autoria permanece vinculada ao sujeito que interpreta, seleciona, organiza e responde pelo conteúdo produzido. A ferramenta pode auxiliar etapas do texto, mas não assume responsabilidade moral, jurídica ou científica. Desse modo, a assinatura do trabalho exige domínio sobre as ideias apresentadas, verificação das informações e clareza quanto ao uso da tecnologia.

Também foi possível alcançar o objetivo de discutir os desafios éticos do uso da inteligência artificial generativa na produção científica. A investigação mostrou que os principais riscos estão relacionados à fabricação de informações, ao uso inadequado de fontes, à possibilidade de plágio,

à exposição de dados sensíveis e à ausência de transparência sobre a participação da ferramenta no processo de escrita. Esses elementos indicam que a integridade acadêmica depende de supervisão humana contínua.

Quanto ao objetivo de examinar a inteligência artificial generativa como apoio à escrita acadêmica, verificou-se que seu uso pode contribuir para revisão linguística, organização textual, geração de ideias e melhoria da clareza argumentativa. Contudo, essas possibilidades apenas se tornam adequadas quando acompanhadas de leitura crítica, curadoria do material produzido e reescrita autoral. Sem esses procedimentos, a ferramenta pode comprometer a autonomia intelectual e enfraquecer práticas formativas próprias da pesquisa.

As principais conclusões indicam que a inteligência artificial generativa deve ser tratada como instrumento auxiliar, e não como substituta do pesquisador. A produção científica exige julgamento crítico, domínio teórico, responsabilidade ética e compromisso com a veracidade das informações. Assim, o uso legítimo da tecnologia depende de critérios de transparência, declaração de uso, preservação da autoria humana e respeito aos princípios de integridade acadêmica.

Apesar das contribuições do estudo, foram identificadas lacunas que podem orientar pesquisas futuras. Recomenda-se investigar práticas concretas de estudantes, docentes, pesquisadores, revisores e editores no uso da inteligência artificial generativa. Também se mostra necessário analisar diferenças entre áreas do conhecimento, níveis de formação e políticas institucionais, a fim de compreender como a tecnologia afeta a aprendizagem da escrita, a avaliação científica e os critérios de autoria em contextos acadêmicos distintos.

Referências

- COSTA, S. R. M. da; SANTANA, A. A. Neurociência e tecnologia: abordagens inovadoras para a melhoria do processo educacional. **Revista Ilustração**, v. 6, n. 3, p. 289-301, 2025.
- LIMA, J. C. R. de; FELIPPE, M. L. Integridade acadêmica na era do ChatGPT: desafios éticos e as novas fronteiras da inovação. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 3, n. 25, p. e17803, 2025.
- NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.
- SAMPAIO, R. C. Escrita acadêmica ética, responsável e humana com inteligência artificial. **Revista de Sociologia e Política**, v. 33, e018, 2025.
- SANTANA, A. C. de A.; CAPARROZ, L. H.; SILVA, R. L. da; OLIVEIRA, I. dos S.; SOUZA, T. F. da S.; SOUSA, F. P. de; MANENTI, G.; FREIRE, S. de S. Inteligência artificial na educação contemporânea: apoio, mediação e responsabilidade. **Revista Boletim de Conjuntura**, v. 25, n. 74, p. 1-17, 2026.
- SILVA, J. N.; OLIVEIRA, R. T.; SILVA, E. M. da. Potencialidades e desafios do uso de inteligência artificial generativa na produção de textos acadêmicos: uma revisão sistemática.

Revista Docência do Ensino Superior, v. 15, e58835, 2025.

SOUSA, F. R. de; MASCIA, M. A. A.; CARRASQUEIRA, K. Ética e integridade acadêmica: desafios e possibilidades do uso de Inteligência Artificial no processo de editoração científica.

Práxis Educativa, v. 20, p. 1-13, 2025.